



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras do **Município de Celorico da Beira**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de activo líquido de 47.381.267,06 € e um total de fundos próprios de 9.574.837,78 €, incluindo um resultado líquido negativo de 537.183,79 €), a Demonstração dos resultados e os Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 9.245.207,57 € de despesa paga e um total de 9.529.496,83 € de receita cobrada) do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município, o resultado das suas operações e o relato da execução orçamental, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos e orçamentais adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### ÂMBITO

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 7.1. abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;



- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## RESERVAS

7. Foram verificadas as seguintes situações que constituíram reservas:
- 7.1. A análise da informação proveniente do Sistema de Inventário e Cadastro Patrimonial (SIC) e dos mapas de suporte das amortizações permitiu identificar um número muito significativo de bens não valorizados. Adicionalmente, sobre alguns bens considerados em “Imobilizado em Curso”, existem indícios fortes de que estariam concluídos e em condições de utilização. Como tal, não nos pronunciamos sobre os efeitos destas situações nos activos, fundos próprios e resultados do exercício.
- 7.2. O valor da participação financeira detida sobre 100% do capital social da Empresa Municipal devia ter sido objecto de provisão conforme obriga o ponto 4.1.9. do POCAL, que, de acordo com as últimas demonstrações financeiras disponíveis da subsidiária, embora não aprovadas, (respeitantes a 2011), ascenderia a cerca de 1,387 milhões de euros. Enquanto este registo não for efectuado, o activo e os fundos próprios permanecem sobrevalorizados, no mínimo, pela referida importância.

## OPINIÃO

8. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 7.1. e aos efeitos da situação descrita no parágrafo 7.2., as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Município de Celorico da Beira**, em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada, no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.

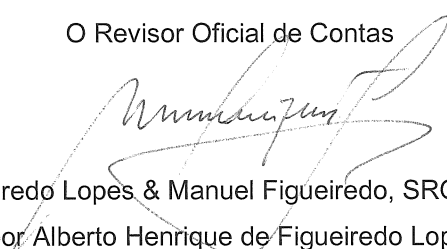
## ÊNFASES

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

- 9.1. Tal como referido na nota 8.2.25 do Anexo às Demonstrações Financeiras, o Município apresenta dívida em mora à “ADSE” no montante de 787.696,41 € em resultado do custo com despesas de saúde dos seus funcionários e a reembolsar àquele subsistema.
- 9.2. No âmbito do processo de circularização externa de saldos credores foram obtidos resultados satisfatórios, pelo que deixou de se verificar a limitação de âmbito constante da certificação legal das contas verificada no exercício anterior. De referir, que foram identificados alguns itens de conciliação que não assumem um valor material e que deverão ser regularizados.
- 9.3. No âmbito do processo de circularização, foram obtidas respostas das Instituições Financeiras com informação sobre a posição da Instituição junto da banca, assim como se obtiveram as respostas dos advogados contratados pela entidade e cujas situações foram tidas em conta na elaboração das Demonstrações Financeiras do Exercício. Pelo efeito, deixou de se manter a limitação de âmbito aos nossos trabalhos verificada no exercício anterior.

Viseu, 26 de Abril de 2012

O Revisor Oficial de Contas



A. Figueiredo Lopes & Manuel Figueiredo, SROC n.º 85,  
Representada por Alberto Henrique de Figueiredo Lopes, ROC n.º 710